Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Ano VI nº 113
4/4/2001 a 18/4/2001
Contribuição R$ 1,50

Opinião SOCIALISTA

MOBILIZAR PELA CPI JÁ E O FORA FHC!

FHC FOI ATÉ A MATRIZ CONHECER O NOVO CHEFE.

É hora de continuar a mobilização para arrancar a CPI contra a bandalheira e para tirar FHC. Governo e Congresso Nacional continuam mergulhados em mar de lama. Presidente dá calote no FGTS e anuncia mínimo de fome enquanto se prepara para pagar US$ 30 bi da dívida externa este ano.

ARGENTINA

FORA DE LA RÚA E CAVALLO!

Novo ministro da economia consegue superpoderes do Congresso argentino e apoio do governo brasileiro. Trabalhadores e povo argentino não dão trégua e continuam em luta contra o governo e planos do FMI.

Veja nesta edição suplemento do Correio Internacional dedicado à situação política na Argentina.

Correio Internacional

ALCA

BUENOS AIRES DIZ NÃO À PILHAGEM!

Manifestantes de todas as partes do continente, ao lado dos trabalhadores e jovens argentinos, realizam grande protesto contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) durante reunião de ministros de Estado em Buenos Aires. Povos da América Latina têm que dar um basta a essa verdadeira recolonização, ao FMI e ao pagamento das dívidas externas.

ESPAÇO ABERTO

Carta aberta aos socialistas. Não pretendo cansar os companheiros e companheiras que porventura se disponham a ler esta missiva. Pretendo apenas anunciar as motivações que me levam, neste momento, a deixar o PT e a buscar outros caminhos. Imagino que muitos outros, como eu, estejam à procura de alternativas, e se faço a minha opção neste momento, é porque precisei de muito tempo para amadurecer as tensões até que estas se acomodassem e me permitissem seguir em frente.

Não acredito mais no projeto petista de transformação. Na verdade nem mesmo posso afirmar que haja atualmente um "projeto petista" de transformação. Na medida em que vejo, com pesar, os desdobramentos que a política de acomodação institucional imposta pela corrente majoritária ao PT, com a devida conivência da esquerda partidária, fico imaginando onde foram parar as principais bandeiras que, como princípios, defendíamos e nos levaram a erguer esse Partido.

Ingressei no PT em 1988, ainda que só tenha me filiado efetivamente em 1991. Vivi esperanças e desilusões.

A cada novo ano, uma nova desilusão. Não me refiro às derrotas, que embora duras e dolorosas, prefiguravam um novo momento de recomposição e luta. Nem tampouco aos traidores que sucumbiram às ilusões do poder e aderiram aos diversos governos burgueses, às vezes com o olhar complacente da Direção Partidária. Refiro-me a desilusão de ver os princípios jogados por terra e a bandeira pisoteada em nome de um pragmatismo recorrente.

A tão propalada democracia partidária, da qual tanto nos orgulhávamos, foi rompida quando em 1998, assistimos atônitos a intervenção no Encontro Democrático do Rio de Janeiro.

Em nome de burras políticas de alianças, infringiu-se os princípios da democracia operária e da independência de classe. A vitória eleitoral é o maior horizonte do PT hoje em dia. E se, para isso, for necessário romper princípios, não há dúvida de que muitos não hesitarão.

A decisão de sair do PT que ora anuncio, só fará crescer em mim a esperança na libertação. Isso não inviabilizará nem limitará minha militância. Nem tampouco desmerecerá o respeito que ainda reputo a muitos dos companheiros que ainda acreditam num projeto de transformação radical da sociedade e permanecerão no PT. Olharei sempre no olho dos meus ex-Companheiros de Partido com a certeza de que a decisão foi correta e com a esperança de nos perfilarmos sempre lado-a-lado, ombro-a-ombro e, quiçá um dia, novamente num mesmo Partido.

Se sair de um partido é difícil, ingressar numa outra organização também não será tarefa de menor envergadura. Entretanto acredito que pior do que permanecer no PT, é estar desorganizado. Por isso, sigo com a firme disposição de me reorganizar e conclamo todos os demais Companheiros que estão desorganizados, ou em crise com o PT, a fazerem o mesmo. Não temamos reconstruir o nosso ideal em outros espaços. O PT também já foi visto como um nicho de radicais e um sonho impossível.

Companheiros e Companheiras, sigo em frente com a certeza que um dia estaremos, muitos ex-companheiros do PT, acalentando o sonho da revolução. Deixamos de ser hoje Companheiros de Partido. Mas alguns permanecerão sempre Companheiros da Causa Socialista! Até a vitória, sempre, Companheiros!

Carlos Zacarias F. de Sena Júnior, de Salvador (BA)

Escreva para o Opinião Socialista

Cartas: Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino
CEP 04040-030 São Paulo - SP
Fax: (11) 575-6093 **Email:** opiniao@pstu.org.br

Visite nossa página na internet: www.pstu.org.br

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.
CGC 73282.907/000-64
Atividade principal 61.81.
Endereço: Rua Loefgreen, 909 Vila Clementino - São Paulo-SP CEP 04040-030.
Impressão: Artpress

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

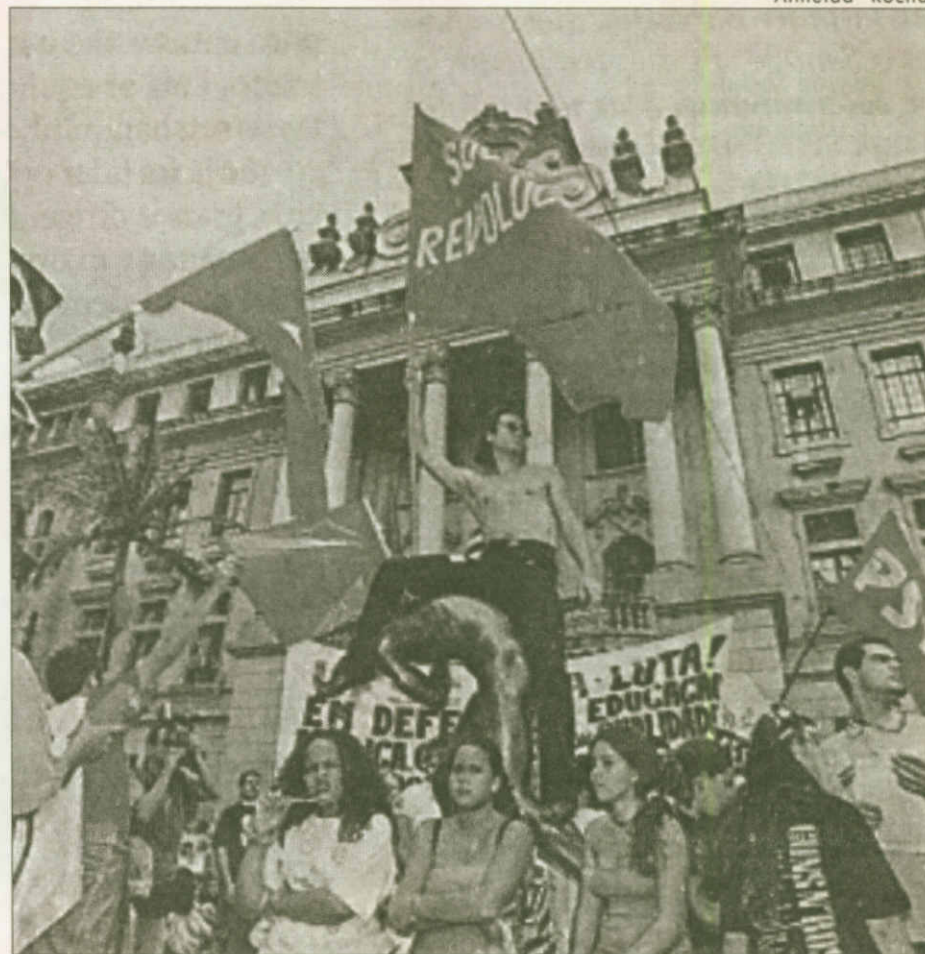
CONSELHO EDITORIAL
Júnia Gouveia, José Maria de Almeida e Valério Arcary

EDIÇÃO
Fernando Silva

REDAÇÃO
Mariucha Fontana, Wilson H. da Silva, Luciana Araujo

DIAGRAMAÇÃO
Eduardo Lipo

O QUE SE VIU

Almeida Rocha

Estudantes universitários e secundaristas participam de manifestação em São Paulo no último dia 28 de março. A passeata que atravessou a região central da cidade reuniu 2 mil pessoas e pediu entre outras reivindicações, a CPI contra a corrupção.

O QUE SE DISSE

"Nada é mais importante no momento atual do que combater os deslizes funcionais, a corrupção e a impunidade. A impunidade é irmã gêmea da corrupção."

FHC. Isso mesmo, a frase é do presidente, após operar o abafa sobre a CPI da corrupção. O crédito integral sobre a última frase deve ser dado aos seus seis anos de governo. Na *Folha On Line*, 2/4/2001.

"Eu me senti afrontado como juiz e como cidadão pela insensibilidade de Luis Estevão ao deixar a cadeia num Mercedes-Benz e depois ser recebido com fogos de artifício."

Paulo Costa Leite, presidente do Superior Tribunal de Justiça. Uma perguntinha senhor juiz: por que então não impedir que os bandidos ricaços não saiam da cadeia antes de se sentir "afrontado"? Na revista *Veja*, em 28/3/2001.

"Caracterizar a luta armada contra a ditadura, como Lula fez, como coisa de 'gente que foi para a Mata Atlântica achando que podia fazer revolução e, em dois dias, os pernilongos e as muriçocas os trouxeram de volta' me deu nojo. Sensação física de nojo, agravada por imaginar as gargalhadas daquela seleta platéia de puxa-sacos, preguiçosos e basbaques, tão representativa da esquerda brasileira atual. Ao longo de alguns anos, quatrocentos companheiros deram suas vidas nessas jornadas, milhares foram torturados, e muitos ficamos cinco, oito, dez, doze anos em prisões um pouco piores que os hotéis de cinco estrelas que este senhor gosta tanto de freqüentar, fazendo turismo político."

Pequeno trecho de carta desabafo que circulou na Internet escrita por César Benjamin (intelectual socialista, editor do livro *A opção brasileira*, ex-dirigente do PT e ex-guerrilheiro nos anos 60), onde ele respondeu as afirmações de Lula e Marta Suplicy em seminário sobre Socialismo e Democracia realizado em São Paulo.

EDITORIAL

Por uma nova marcha dos 100 mil

Quando fechávamos esta edição, estávamos na véspera da manifestação em Brasília pela CPI já, em defesa do funcionalismo e pelo pagamento do FGTS e também das manifestações do dia 6 de abril em Buenos Aires, contra a Alca.

Os portuários de Santos, por sua vez, continuavam numa greve radicalizada, que prometia passar por cima da abusividade decretada pela justiça.

Na outra ponta, segue deteriorando-se o quadro econômico brasileiro, na rasteira do aprofundamento da crise americana e da instabilidade do cenário econômico e político argentino.

O governo, no entanto, comemora pela mídia o êxito da sua operação abafa e afirma que enterrou a CPI. Temeroso de perder o controle da crise política, o comprador de votos para a reeleição, fez corpo a corpo no antro de bandidos que é o Congresso Nacional e torrou mais de R$ 1 bilhão no toma lá da cá. Mas mais que isso, reuniu-se com a elite do PIB nacional – banqueiros e grandes empresários – para buscar apoio e fechar o cerco contra a CPI. Logo em seguida anunciou a piada da "Corregedoria da Corrupção", para tentar se livrar do desgaste de mais esse abafa escândalo e tentar se livrar da sua associação à roubalheira.

Mas se o governo e o Congresso abafaram temporariamente a CPI – o que já era esperado, pois só quem acredita em papai Noel pode depositar confiança no Congresso Nacional – os trabalhadores devem destampá-la nas ruas.

Nesse sentido, o ato que ocorrerá em Brasília deve exigir das entidades lá presentes e especialmente do Partido dos Trabalhadores, que não se limitem a fazer um mero protesto neste dia e depois não tenha continuidade a luta. O PT – ao lado da CUT, demais partidos e do Fórum Nacional de Lutas – precisa convocar outra marcha dos 100 mil – como a que fizemos em 1999 — para este semestre, para o mês de maio.

O preço que estamos pagando pelo PT não ter dado continuidade à luta depois da marcha dos 100 mil em 1999 e por ter votado contra o Fora FHC, privilegiando a luta institucional e bancando a governabilidade desse governo até 2002, é enorme. De lá pra cá eles já entregaram o Banespa, estão fatiando e fazendo uma verdadeira privatização branca na Petrobrás, deram um calote no FGTS, seguem desmantelando os serviços públicos e impondo 7 anos sem aumento para o funcionalismo; mandaram bilhões para fora com a dívida externa, aumentaram a truculência contra o MST e fizeram do arrocho salarial a verdadeira âncora do real.

Enquanto FHC não for impedido de governar, a entrega do país e a superexploração dos trabalhadores vão se intensificar. Ele vai privatizar Furnas, vai entrar na Alca, e seguirá jorrando bilhões para as contas dos banqueiros e grandes empresários via pagamento das dívidas externa e interna. Nesse sentido, é incompreensível que as prefeituras e governos do PT tenham banqueiros em seu secretariado, governem com a burguesia, se submetam à Lei de Responsabilidade Fiscal e não se constituam em trincheiras de oposição a Fernando Henrique, ao serviço da mobilização do povo.

O caminho é a luta na rua, o caminho é CPI já e Fora FHC e o FMI. O caminho é a luta contra a Alca e pelo não pagamento da dívida externa. O caminho é a constituição de uma Frente dos partidos operários com um programa anticapitalista. O caminho é a unidade dos trabalhadores da América Latina.

O caminho não é assegurar a governabilidade de FHC até 2002. O caminho não é uma frente ampla com a burguesia, com um programa que não é de ruptura. Olhemos para a Argentina e para o governo da frente ampla de De la Rua.

O PT e o socialismo

No dia 26 de março o PT realizou um Seminário sobre socialismo, que teve repercussão em toda imprensa.

Primeiro, a imprensa noticiou que Lula teria dito que, vários companheiros *"no final da década de 70 foram para a Mata Atlântica achando que podiam fazer a revolução. Em dois dias os pernilongos e muriçocas o trouxeram de volta"*. Se disse isso mesmo é de um desrespeito profundo pelos mais de 400 militantes que foram assassinados pela ditadura neste país. Nós do PSTU, que não temos nenhum acordo político com o método da guerrilha ou com o do foquismo, não nos furtamos a defender os companheiros contra a polícia, a burguesia e o sistema capitalista. Cada companheiro que caiu, assassinado pela burguesia e sua ditadura, por empunhar a bandeira do socialismo, merece ser tratado como um herói dos trabalhadores. E uma declaração desse tipo merece o mais profundo repúdio de todas organizações dos trabalhadores.

Por isso, é compreensível a carta-desabafo, que circulou na Internet, de César Benjamin, ex-dirigente do PT e editor do livro *A Opção Brasileira*.

Mas as conclusões de Lula e de Marta Suplicy sobre o suposto "socialismo" que defendem, também merecem ser repudiadas por aqueles que defendem uma sociedade sem exploração, por aqueles que se reivindicam marxistas.

Marta defendeu "um socialismo moderno", com respeito à propriedade privada, "mercado subordinado à democracia" e distribuição de renda. Acontece, simplesmente, que isso não é socialismo, é capitalismo. E também não é "moderno" em nenhum sentido. Não é moderno como proposta, já que socialistas de araque, como Jospin e Tony Blair e a velha e desbotada social-democracia defende isso há um século.

Lula, por sua vez, chamou os petistas a "enxergar o socialismo de forma diferente" e mostrar que o PT pode governar com "atitudes e práticas socialistas" – como os programas de "Orçamento Participativo e Médico de Família". Mas isso também não é socialismo, tanto que até o PFL e PSDB podem fazê-lo, enquanto aumentam o desemprego e a exploração.

Que o PT queira administrar e não destruir o Estado burguês, que o PT queira defender a propriedade privada e não expropriá-la, é lamentável, mas está no seu direito.

Mas chamar isso de socialismo é enganação. Os dirigentes do PT que defendem tanto a "transparência", deviam ser transparentes e dizer que passaram a defender o capitalismo, com algumas migalhas de "melhorias sociais", mas o capitalismo.

RÁPIDAS

Prossegue luta pelo passe–livre

Simone Silva,
do Rio de Janeiro

O direito ao passe–livre para estudantes foi uma das principais lutas dos dois mandatos do ex–vereador do **PSTU**, no Rio de Janeiro, Guilherme Haeser. A lei foi aprovada depois de muita luta e mobilização, e entrou em vigor ainda sob a gestão do governador Marcelo Alencar.. Mas, ainda assim, as empresas de ônibus orientavam os motoristas a não permitirem que os estudantes fizessem uso do direito. Este é um exemplo ilustrativo de como os patrões tratam o "cumprimento das leis".

É preciso salientar que, como qualquer conquista dos setores explorados, o passe–livre está permanentemente sendo questionado e atacado pelos patrões. É comum ouvir-se queixas e cartas em jornais em que estudantes, idosos e deficientes físicos reclamam que são desrespeitados pelos motoristas, que negam o acesso gratuito garantido em lei.

É preciso que todos tenham claro que mesmo após uma conquista transformar-se em lei não significa que ela será cumprida ou que não poderá ser modificada de forma a atacar os direitos nela inscritos. Foram vários dias com várias escolas se mobilizando, com um destaque para o Pedro II do Centro. As galerias da Câmara Municipal ficavam lotadas e houve grandes manifestações pela cidade. Nosso projeto original previa passe livre para todos os estudantes, de escolas públicas e privadas, e inclusive para os universitários.

Uma negociação com a participação da direção da Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas fechou um acordo para o formato atual da lei, que beneficia estudantes da rede pública até o segundo grau. Agora, o prefeito Cesar Maia tenta diminuir a conquista limitando o número de passagens e mais uma vez os estudantes precisam estar atentos e mobilizados para enfrentar e derrotar esta ameaça.

A corrente estudantil *Reviravolta* e o **PSTU** do Rio de Janeiro convidam todos os interessados a participar do debate A história da luta pelo passe–livre, que acontecerá no próximo dia 10 de abril, às 19 horas, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, com a presença do ex–vereador e autor da lei do passe–livre Guilherme Haeser e o ex–presidente da UNE e ex–deputado federal pelo **PSTU**, Lindberg Farias.

Estados Unidos voltam à carga

Fernando Silva,
da redação

O mês de abril estará atravessado em nosso continente pela discussão em torno da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). No final do mês será realizado em Quebec no Canadá, a 3ª Cúpula das Américas, com chefes de estado de 34 países do continente americano com exceção de Cuba. Esta reunião deverá, talvez, quem sabe, definir o prazo final para as negociações e a conseqüente implementação desta "área livre" que permitirá a "livre" circulação de mercadorias, capitais, bens de capitais em todo o continente, sem barreiras tarifárias e alfandegárias nacionais.

Quando fechávamos esta edição estava tendo início a reunião de Buenos Aires com ministros das Relações Exteriores e representantes diplomáticos dos respectivos países. Essa reunião tinha o objetivo de preparar a 3ª Cúpula e tentar avançar nas negociações em torno da data. Os Estados Unidos voltaram a pressionar pela antecipação da Alca para 2003 após terem anunciado que desistiriam de tal proposta e manteriam o cronograma original (2005).

O fracasso da reunião entre Bush e FHC quando o presidente norte-americano "olhou nos olhos" do entreguista presidente do nosso país para convencê-lo de que a América faria um "comércio justo com o Brasil", não deve fazer perder de vista que o governo Bush deseja é antecipar a entrada em vigor da Alca.

Essa pressa se deve, em primeiro lugar, a entrada em cena da crise na economia norte-americana. Com sinais evidentes de que o país caminha rapidamente para um processo recessivo (a desvalorização brutal de capital das empresas de alta tecnologia é apenas um dos sintomas da tal "desaceleração" americana), o governo Bush e as grandes corporações multinacionais querem apressar a Alca para "desovar" parte dos seus capitais e produtos nos países do continente e, de quebra, fechá-lo à cada vez mais agressiva concorrência que o imperialismo europeu já exerce em alguns importantes setores da economia na América Latina.

De outro lado, a explosão da crise na Argentina está favorecendo esta nova tentativa do imperialismo norte-americano em antecipar a Alca. Cada vez mais, o governo De la Rua/Cavallo busca subordinar-se aos Estados Unidos. O super ministro Domingo Cavallo persegue abertamente uma negociação direta com o governo Bush em torno de novos empréstimos e de acordos comerciais bilaterais, ainda que o custo disso seja mandar as favas o Mercosul.

Mas muito provavelmente a reunião de Buenos Aires não irá avançar em nada nessa definição de data. Dessa reunião, o fato mais importante deverá ser que ela ficará marcada pelos protestos de trabalhadores, desempregados e estudantes argentinos e de inúmeros países do continente.

AFP

FHC e Bush: reunião não avançou na proposta de antecipar a Alca

Não a Alca e ao FMI!

Os protestos de Buenos Aires, e seguramente os que ocorrerão em Quebec, vão deixar claro que cresce no nosso continente a resistência e o rechaço à integração sob a batuta dos grandes capitalistas multinacionais. É hora de dizer não a Alca, ao FMI, à OMC, ao pagamento da dívida externa.

Não se pode esperar que os governos submissos do continente, mesmo os que querem retardar a aplicação da Alca, rompam com essa "integração" às multinacionais e ao capital imperialista. Se estão dispostos a defender legítimos interesses nacionais, que rechacem então a 3ª Cúpula das Américas e as diretrizes inaceitáveis que os governos de Estados Unidos e Canadá, a OMC e o FMI querem impor.

Para além dos atos e manifestações gerais como os de Buenos Aires e Quebec, é preciso que sejam realizadas manifestações em todos os países do continente. É preciso desenvolver todo tipo de iniciativas como plebiscitos populares sobre a adesão ou não a Alca, greves contra cortes de direitos e flexibilização de direitos, pacotes do FMI.

Estará nas mãos dos povos da América Latina e dos trabalhadores norte-americanos e canadenses a luta para barrar esse novo choque neoliberal chamado Alca.

Crises e impasses

A tentativa de antecipar os prazos da Alca não será uma missão fácil para o governo Bush. Começa que há resistências dentro dos Estados Unidos. O governo está com enorme dificuldade para aprovar no Congresso norte-americano um projeto que autoriza o governo a negociar acordos bilaterais com os países do continente, sem que o Congresso tenha o direito de fazer emendas nos acordos comerciais. Sem essa condição, os próprios governos submissos do continente hesitam em negociar com os Estados Unidos, pois temem que os acordos comerciais sejam depois retalhados pelo parlamento ianque que, em geral, é ultra protecionista.

Vários países do continente também resistem à antecipação da Alca, como Brasil e Venezuela. A reunião entre Bush e FHC fracassou, entre outras coisas, porque na surdina, o Departamento de Estado circulou documento defendendo que a Alca fosse antecipada. O Brasil quer ganhar tempo para permitir que setores da burguesia nacional tornem-se mais competitivos para o choque de abertura que viria com a Alca.

Ao mesmo tempo, o Brasil busca negociar uma área livre com a União Européia para os seus produtos agrícolas. Isso será muito difícil porque a União Européia quer negociar tudo em termos de área livre com o Mercosul e não apenas a agricultura (só ingênuos para acreditar em uma maior flexibilidade do imperialismo europeu).

O sonho da burguesia brasileira, e do governo, seria ter a Alca mais para os seus produtos industriais e a Europa para os seus produtos agrícolas. Um sonho de subordinação dupla, mas de difícil aplicação até porque a crise da Argentina está ameaçando esfacelar o Mercosul. A Argentina, por exemplo, avança para aplicar tarifa zero na importação, como no setor de bens de capital. Esse privilégio era para os países do Mercosul. E depois, porque a negociação com a União Européia é tão complicada como a da Alca.

O que países como o Brasil estão discutindo são prazos maiores e condições menos draconianas para a integração nas áreas de "livre pilhagem", seja sob o monopólio exclusivo do imperialismo norte-americano, como sob a manutenção, também, de uma forte presença do capitalismo europeu, como já acontece hoje no nosso país. (F.S.)

Alca: um salto na recolonização

Manifestante protesta em Quebec, no Canadá, ao lado de cartaz que diz: "A Alca é como um Big-Mac: difícil de engolir"

A Área de Livre Comércio das Américas que deverá entrar em vigor em meados dessa década é na verdade um aprofundamento da recolonização do continente pelos Estados Unidos, e em menor medida pelo outro grande país capitalista do continente, o Canadá.

Não há competição possível com o principal país imperialista do planeta (um PIB de US$ 10 trilhões, controla 30% da produção mundial, alto desenvolvimento tecnológico e competitivo nos principais ramos da produção).

A Alca foi idealizada pelos norte-americanos em 1990 para responder ao crescimento, na época do Japão, e dos países imperialistas da Europa que ameaçavam a hegemonia ianque em setores de ponta da economia mundial. Desde então foram realizadas duas cúpulas com os 34 países "sócios" da empreitada.

Os objetivos

O objetivo é tornar o continente um mercado livre para a circulação de mercadorias, bens de capital e capitais sem as taxas e impostos alfandegários. O primeiro golpe é que a Alca não prevê nenhuma integração ou livre "circulação" de pessoas. Ou seja, não está em debate a equiparação de direitos sociais, civis e etc entre os povos do "livre" continente. As razões são óbvias. Um dos sentidos da Alca é que os países mais pobres estejam abertos a que empresas multinacionais possam instalar-se a vontade para utilizar uma mão-de-obra barata. Dessa forma, barateia-se os custos da produção, aumenta-se os lucros e, de quebra, a produção pode voltar para a metrópole sem qualquer imposto, ou mesmo ser exportada para outros mercados do planeta a um custo mais baixo.

As negociações

Em tese, tudo está em negociação, tudo parece muito democrático na Alca. Existem desde a primeira Cúpula das Américas nove mesas temáticas instaladas entre os países (acesso a mercados; investimentos; direito de propriedade intelectual; serviços; solução de controvérsias; compras governamentais; agricultura; subsídios, antidumping e medidas compensatórias; políticas de concorrência).

Pelo temário se vê que há questões delicadíssimas em negociação. Por exemplo, em relação aos subsídios há inúmeras interpretações... e protestos. Foi com o argumento de que o governo brasileiro subsidia a produção de aviões da Embraer, através do Proex (o programa de incentivo às exportações do Brasil) que o Canadá entrou contra o Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC). Um cinismo sem fim, pois os governos canadense e norte-americano vivem subsidiando suas indústrias e produtos. A diferença é que a OMC está descaradamente alinhada com os países ricos. A OMC é como juiz de futebol quando tem que decidir entre um time grande e um pequeno na hora de marcar um pênalti.

Patentes e agricultura

Em relação às patentes o imperialismo também não abre mão. Por exemplo, os Estados Unidos e a indústria farmacêutica norte-americana (que tem quase todas as patentes) querem que os governos nacionais tenham cada vez menos poderes para patentear medicamentos. Se isso prevalece, seria praticamente impossível os países mais pobres fabricarem remédios mais baratos.

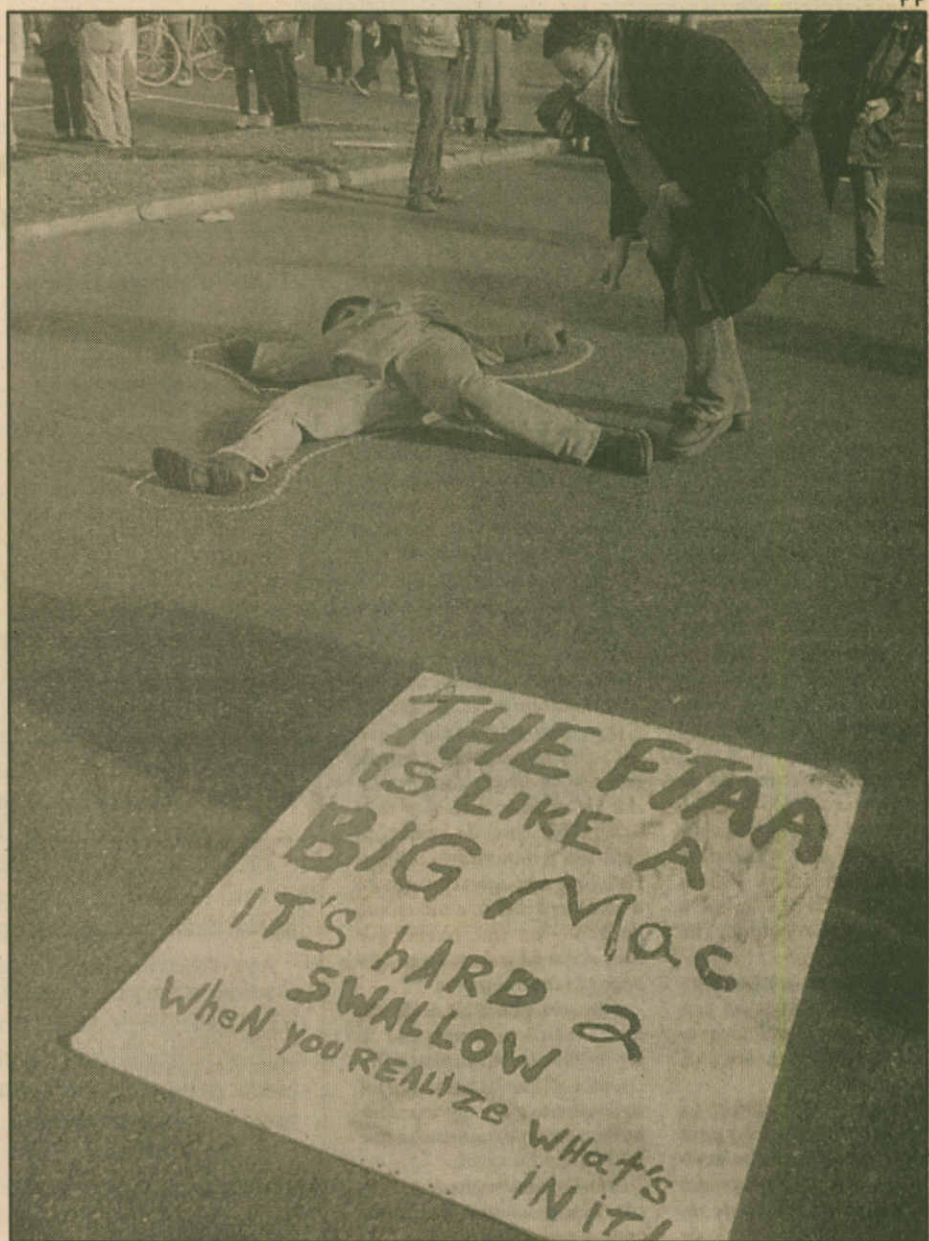
A questão da agricultura é outro beco sem saída para os países pobres, pois os grandes produtores norte-americanos não querem saber de uma abertura livre do mercado norte-americano para produtos agrícolas de outros países.

Protecionismo disfarçado

Outra grande malandragem, que irrita até os entreguistas do nosso continente, é que o protecionismo nos dois grandes países capitalistas do continente seria mantido através das tais barreiras não tarifárias. Estas barreiras estão disfarçadas, atrás de uma série de normas e regulamentos técnicos que impedem na prática a entrada de produtos nos mercados dos Estados Unidos e Canadá.

Ou seja, com a Alca, acabariam as taxas e impostos sobre a entrada de produtos, teríamos a livre circulação, mas, na prática, esses tipos de "regulamentos" (os Acordos Sobre Barreiras Técnicas ao Comércio ou as Medidas Sanitárias e Filosanitárias da OMC) garantem que nos países ricos entre o que eles quiserem. Foi com artifícios desse tipo (bancado pela OMC) que Canadá e Estados Unidos impuseram o boicote à carne brasileira.

Trabalhadores perdem

A Alca será uma festa para as multinacionais e os países mais ricos. Em primeiro lugar, porque eles vão poder ter a disposição uma mão-de-obra barata para explorar, com direitos sociais e trabalhistas "flexibilizados". Embora não estejam diretamente em debate, as "reformas" trabalhistas e previdenciárias, os cortes em gastos sociais são, para todos os atuais governos e capitalistas do continente, uma necessidade natural tanto para tornar as suas indústrias nacionais minimamente competitivas, como para atrair o investimento do capital externo.

Além de poderem instalar empresas com todas essas vantagens, os Estados Unidos e Canadá trariam para cá suas empresas "mais capazes" de produzir lixo tóxico, poluição ambiental de todo tipo e etc. Em geral, nos países pobres do continente não há praticamente nenhuma legislação séria a esse respeito, ao contrário de certos limites que são impostos nos países imperialistas.

A abertura de todo o continente para a exportação de produtos norte-americanos geraria um brutal choque de abertura comercial. Para os trabalhadores desses países, isso significaria muito mais desemprego.

O exemplo do Nafta

O livre mercado comercial estabelecido entre Estados Unidos, Canadá e México (Nafta) em 1994 é um bom exemplo de como até os trabalhadores dos países ricos perdem. Nos Estados Unidos, cerca de 420 mil postos da indústria americana desapareceram. Além disso, cresceu a pressão para o rebaixamento salarial e de direitos nesse país. Isso porque diversas empresas norte-americanas deslocaram fábricas para o México, onde um trabalhador ganha US$ 3,40 por dia.

Os efeitos no México foram devastadores. Segundo o jornal eletrônico espanhol *La Insignia*, mais de 1 milhão mexicanos perderam o emprego desde que as montadoras estrangeiras começaram a se instalar no país. Uma verdadeira reestruturação que engoliu setores e empregos nacionais. As condições ambientais e sanitárias pioraram na região onde se instalaram as montadoras (não há infraestrutura de saneamento básico e não existe legislação ambiental). O estudo do jornal espanhol afirma que desde o Nafta oito milhões de mexicanos passaram da classe média para a pobreza. Eis o destino de todo continente se o Nafta virar Alca!

Sem soberania

Tão grave quanto esse salto na recolonização econômica seria uma maior ingerência política dos países dominantes e multinacionais sobre os destinos de cada país. Governos e parlamentos estarão cada vez mais sob a pressão dos verdadeiros donos do poder no continente (os planos do FMI, as regras da OMC, etc.).

A ingerência poderá ser também militar. Por exemplo, a Declaração de Princípios da Alca fala abertamente que a integração dos países membros no combate ao narcotráfico e ao "terrorismo" é um das condições para o sucesso da integração comercial. Se olharmos o Plano Colômbia, podemos dizer que ele já e uma antecipação da Alca no terreno militar.

Responsabilidade Fiscal é lei do FMI

Euclides de Agrela,
da redação

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), desde a sua aprovação em maio de 2000, tem sido objeto de inúmeras discussões sobre o seu caráter e objetivos. O governo FHC e a imprensa burguesa comemoram a aprovação da LRF como uma grande vitória da sociedade contra a malversação dos recursos públicos.

Por outro lado, os partidos de oposição ao governo FHC e, em particular, o PT, também possuem uma posição favorável a LRF, limitando-se a propor modificações cosméticas em alguns itens da Lei. Mas, afinal, qual o verdadeiro caráter e objetivos da Lei?

A LRF soma-se à reforma administrativa e da previdência para compor um novo cenário fiscal no país, que ganhará ainda maior impulso com a reforma tributária. Desta forma, deixa os governadores e prefeitos diante da opção: austeridade ou austeridade. Eles não terão outra saída senão privatizar, demitir e cobrar contribuição previdenciária até dos servidores públicos inativos.

Segundo a LRF, caso o limite máximo com gastos sociais, com pessoal ou infra-estrutura seja ultrapassado – que deverá ser necessariamente inferior à receita — os repasses de verbas do governo federal ficarão suspensos e serão proibidas novas operações de crédito. É a chamada "regra de ouro", que consiste simplesmente em estabelecer que a União não pode financiar ou refinanciar dívida dos estados e municípios.

Assim, a LRF está em perfeita sintonia com as diretrizes do Banco Mundial e do FMI, ou melhor, é parte das exigências de fiscalização e controle dos mesmos, no que diz respeito ao chamado "ajuste fiscal", que estabelece o dogma do "superávit primário" como meta, cujo único fim é garantir o pagamento religioso das dívidas externa e interna.

Como se isso não bastasse, os recursos oriundos da venda de empresas estatais seriam utilizados para pagar a dívida pública e não para financiar novas despesas sociais.

Austeridade para os trabalhadores

Enquanto se engessa os orçamentos dos estados e municípios para garantir o financiamento da dívida pública, por outro lado transfere-se cada vez mais os serviços públicos e sociais para o âmbito estadual e municipal, desonerando o governo federal do financiamento dos mesmos. Por isso, um dos pilares fundamentais desta política é o chamado processo de municipalização. Há uma crescente transferência das responsabilidades no que diz respeito aos serviços públicos e sociais, para os governos locais e a "sociedade civil", daí o crescente incentivo às políticas sociais compensatórias e ao trabalho voluntário, em substituição de novos investimentos em saúde e educação e à contratação de novos trabalhadores para o serviço público.

Roberto Castro

Com LRF gastos sociais vão diminuir

O fim da vinculação dos benefícios previdenciários ao salário-mínimo, da extensão desses benefícios a não-contribuintes, como no caso dos trabalhadores rurais, do regime jurídico único, da estabilidade no emprego e de um sem número de conquistas sociais para os servidores públicos estão entre os principais alvos do chamado "ajuste fiscal". Para viabilizar estas metas, a lei limita as despesas com o pagamento de salários nos serviços públicos em 60% da receita líquida dos estados e municípios e cria o Fundo do Regime Geral da Previdência Social.

Segundo o deputado federal Sérgio Miranda (PCdoB), a LRF vai gerar situações insólitas "*como a prisão, entre um e quatro anos, de um prefeito ou governador que não admitia demitir professores, médicos ou policiais ou mesmo resolva implementar programas sociais sem a devida autorização de despesa e o correspondente aumento da carga tributária. Mas, para casos de desvios de dinheiro ou negligência administrativa, a lei não prevê punições. Quaisquer novas despesas estão condicionadas à criação ou aumento de tributos*" (*Boletim do Plebiscito da Dívida*). Mesmo levando em conta esta correta análise, os governos do PT, dos quais participa o PCdoB, obedecem a LRF.

PT capitula à LRF

Segundo o presidente nacional do PT, o deputado José Dirceu, "*Na votação da LRF, a bancada do PT, aliada aos demais partidos oposicionistas, esforçou-se para garantir que a proposta bloqueasse os gastos desordenados, mas também, que preservasse princípios estabelecidos na constituição de 1988: a independência entre os Poderes e a composição de propostas orçamentárias elaboradas dentro dos limites estipulados conjuntamente entre Executivo, Legislativo e Judiciário, ou parâmetros estipulados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Esse esforço resultou em acordo na Câmara dos Deputados que garantia a aplicação do artigo 20 da LRF, caso a LDO não dispusesse limites em seu texto. Lamentavelmente, o acordo não foi respeitado no Senado Federal.*" (*O PT e a Responsabilidade Fiscal*, jornal O Estado de S. Paulo, em 13/10/2000).

Como se não bastasse, recentemente os prefeitos e governadores do PT reuniram-se em Brasília para propor mudanças cosméticas em três pontos da lei: revogação da proibição da renegociação das dívidas; que o aumento da arrecadação possa ser considerado como fonte para o aumento de receita; e a criação de um dispositivo que lhes permita alterar as metas fiscais e cortar gastos.

É vergonhoso ver o PT, seus governos e prefeituras submeterem-se ao ajuste fiscal do Banco Mundial de do FMI. Obrigadas a conter os gastos públicos, as administrações petistas vêm inclusive trilhando o caminho das reformas previdenciária e administrativa, como tem demonstrado o governador do Mato Grosso do Sul, Zeca do PT. Ou arrochando os salários dos servidores públicos, como a prefeitura de São Paulo, que concedeu 3,26% de "aumento" ao conjunto de seus funcionários, enquanto os cargos de confiança tiveram 40%! O PT, enquanto obedece a lei, cala-se sobre o seu verdadeiro caráter e objetivos.

Com essa política, o PT, seus prefeitos e governadores contribuem com o pagamento das dívidas externa e interna. Os trabalhadores e o povo, os servidores e professores municipais que elegeram os prefeitos (as) e governadores do PT devem reivindicar que seus governos não apliquem a LRF, não paguem a dívida pública, que submetam essas questões à decisão da população na forma de plebiscitos populares.

As prefeituras e governos petistas devem ser trincheiras de luta e oposição ao governo FHC e ao ajuste do FMI. E se querem aplicar essa lei com o argumento de combater desvios de dinheiro público de esquemas herdados de gestões anteriores, que construam, com os movimentos sociais, uma lei de responsabilidade social partindo do não pagamento da dívida do município para a União. (E.A.)

Custo do trabalho subiu 8,6% nos EUA no 4º trimestre de 2000

Onde borbulha o caldeirão

José Martins,
economista e membro do Núcleo 13 de Maio de Educação Popular

A indústria de manufaturas de bens duráveis é a ponta da economia norte-americana. É o mais representativo de todos os demais setores produtivos de valor, mais-valia e lucro da economia: manufaturas de bens não-duráveis, minas, agricultura, transporte, utilidades públicas, etc. São esses setores que regulam a dinâmica econômica global, no desdobramento das diferentes fases do ciclo econômico: expansão, desaceleração e crise.

Quando se analisa a dinâmica cíclica da economia, não é correto o procedimento corrente dos economistas, de se trabalhar com os dados mais agregados dos "setores não-agrícolas". Assim, eles misturam alhos com bugalhos, colocando no mesmo saco aqueles setores produtivos de mais-valia e lucro, listados acima, com uma série interminável de setores improdutivos: serviços, comércio, finanças, governo, e milhares de outras "novidades", derivações dessas inutilidades sociais.

O mais correto é destacar na investigação o mais importante dentre os setores que produzem a mais-valia, exatamente a *indústria de bens duráveis*. É essa indústria de manufaturas que antecipa as variações que serão reproduzidas mais à frente no resto da economia.

O crescimento anual do produto desta indústria foi de 10,0% e o da produtividade de 10,5%! Imaginem se estas fossem as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) daquela economia. Seria um escândalo econômico. Pois esse escândalo aconteceu no setor mais básico dos daquela economia, naquele em que se produz o seu combustível mais refinado.

Bens duráveis antecipam variações do resto da economia

E o famigerado custo unitário do trabalho (CUFT), aquele nível de gastos dos capitalistas com capital variável, que reflete indiretamente a evolução do valor da força de trabalho e, em contrapartida, o aumento da massa de mais-valia produzida? Quando observamos a foto anterior, exclamamos que aquela taxa tinha caído a uma assombrosa taxa de -1,7% no ano passado. Agora verificamos que, no mesmo período, na indústria de bens duráveis esta criatura tinha caído -4,8%!!

Nesta nova foto, verificam-se outras coisas muito importantes. Verifica-se, em um primeiro momento, que a economia americana alcançou seus pontos mais elevados de expansão cíclica no decorrer do 1º semestre de 2000. Quer dizer, no desenvolvimento do 1º e 2º trimestres daquele ano. Observa-se que os números nestes dois trimestres são ainda mais exuberantes do que na média do ano e, consequentemente, do ciclo como um todo.

Podemos então anotar: o último ciclo global, quer dizer, do mercado mundial — iniciado entre o último trimestre de 1998 e 1º trimestre de 1999 — alcançou seu ponto mais elevado exatamente nos dois primeiros trimestres de 2000.

O caldeirão estava borbulhando como nunca se viu: enquanto a produtividade e o produto (que podemos chamar, em geral, de potências produtivas sociais, considerando esse produto despojado da sua forma mercadoria, quer dizer, na sua forma pura de riqueza que a população trabalhadora é capaz de produzir) se elevavam para níveis inimagináveis, entre 10 e 14% ao ano, o CUFT caia de maneira inversamente proporcional, dentro de uma faixa de -6,0 a -8,5%.

Essas eram, basicamente, as relações de produção que poderiam sustentar todas as possibilidades de crescimento e acumulação do capital no último período de expansão: uma determinada aceleração da produtividade da força de trabalho (ou taxa de exploração) que, dadas as características produtivas deste ciclo, poderia garantir uma correspondente taxa de lucro para conservar e reproduzir de maneira ampliada o capital total instalado. Mas havia, ao mesmo tempo, uma espada pendurada e apontando para a cabeça dos eufóricos capitalistas. Qualquer ruptura dessas relações de produção abriria uma crise para valer.

Produtividade, produto, horas trabalhadas, salários e custo unitário do trabalho. Na medida em que essas criaturas se relacionam no processo de produção capitalista, elas estabelecem não apenas um processo de valorização e de acumulação, mas estabelecem também o que se denomina na economia política dos trabalhadores de *relações de produção*. No caso, *relações de produção especificamente capitalistas*, que se escondem sob o nome de custos de produção, e aparecem totalmente de ponta-cabeça como "gastos do capital", como formas mistificadas de despesas do capital para se produzir uma determinada mercadoria, um valor de uso, um produto.

Mas se essas relações de produção são a própria condição histórica de existência da produção de capital, aparecendo mesmo como o próprio capital que se auto-valoriza, de um lado, de outro elas se tornam cada vez mais estreitas no decorrer de um ciclo econômico. A superprodução de capital entra então em choque com o processo simultâneo de estreitamento das relações capitalistas de produção em que ela se assenta.

Em um determinado ponto do ciclo econômico essas relações de produção revertem-se abruptamente e se colocam como um obstáculo absoluto à continuidade do processo de produção. Abre-se então, necessariamente, um período de crise e de destruição de capital.

No 3º trimestre de 2000, as coisas ainda se mantiveram dentro do figurino capitalista, com a produtividade ainda altamente acelerada, o produto com uma certa desaceleração, e o CUFT ainda lá embaixo. Mas as horas trabalhadas (-3,0%) e os salários (+2,7%) já estavam fugindo do padrão apresentado nos dois primeiros trimestres.

Foi no 4º que as coisas começaram a se precipitar, como que puxadas com muita força para baixo. Ou melhor, quem deveria crescer agora se encolhia, e quem deveria encolher, agora crescia. E essas metamorfoses ocorreram com muita rapidez e intensidade, se comparadas ao ponto mais elevado do ciclo: a produtividade caiu de 13,9 para 6,6%; o produto caiu de 12,7 para -0,5%; as horas trabalhadas caíram de -1,1 para -6,7%; os salários subiram de 0,1 para 6,4%; o famigerado CUFT, finalmente, subiu de -8,6 para 2,6%.

Será que estamos constatando, praticamente, aquele ponto que falamos acima, em que a ruptura cíclica das relações de produção revertem-se abruptamente e colocam-se como um obstáculo absoluto à continuidade do processo de valorização do capital? É o que deveremos ver com cuidado redobrado ao acompanharmos os atuais acontecimentos na economia nos próximos artigos.

Reuters

Quedas nas bolsas refletem crise na economia real

◆ Indústria de Bens Duráveis dos Estados Unidos
— mudanças médias trimestrais da produtividade e medidas correlacionadas, 2000 (em %, anualizadas)

	Anual	T. I	T. II	T. III	T.IV
Produtividade	10,5	13,9	10,2	11,5	6,6
Produto	10,0	12,7	13,7	8,1	- 0,5
Horas Trabalhadas	- 0,5	- 1,1	3,2	- 3,0	- 6,7
Remuneração Horária	1,9	0,1	0,7	2,7	6,4
Custo Unitário Do Trabalho (CUFT)	- 4,8	- 8,6	- 5,9	- 4,6	2,6

No embalo da grana

Wilson H. da Silva,
de São Paulo

Há alguns anos éramos bombardeados por imagens de "violentos" bailes que serviam como palco para uma guerra sem-fim entre "gangues" de jovens (na sua maioria negros) cariocas. Esta era a versão e a ênfase que a TV dava para os chamados bailes funks que mobilizavam multidões nos morros e na periferia do Rio. Naquela época, funk era sinônimo de criminalidade e brigas. E as letras das músicas que denunciavam as dificuldades de quem convive cotidianamente com a miséria, a injustiça e a violência sequer eram citadas.

Passado algum tempo, esta história mudou totalmente. Hoje, os "hits" funks são entoados pela fina flor da classe média e os bailes ao invés de serem abordados nas páginas e crônicas policiais, ocupam espaço nos mais concorridos programas que celebram a mediocridade nacional.

O que mudou? Em poucas palavras, diante de uma acentuada queda na vendagem dos modismos que invadiram o cenário musical nos últimos anos — fala-se em uma redução de 30% a 50% na vendas de discos de pagode e axé —, o mercado fonográfico, com um empolgado apoio da mídia, investiu pesado para transformar o funk na maior marca do verão 2001.

Que a indústria cultural crie modismos de forma descarada para reciclar seu próprio lixo não é novidade alguma. Muito pelo contrário. Contudo, o que ocorreu e ainda vem ocorrendo em torno do funk é muito pior.

Primeiro, é necessário que se diga que de funk mesmo a atual moda não tem nada. Mesmo quando estava restrito à periferia carioca, o ritmo, em termos técnicos, não passava de uma versão nacional de uma batida chamada *miami bass* — uma vertente da música eletrônica. Funk de verdade é o que era tocado no final da década de 60 e início dos anos 70 e tinha como principais nomes músicos geniais como James Brown e George Clinton: uma mescla da dançante *soul music* com o improviso instrumental do jazz. Tudo isso acompanhado de letras que reverenciavam a negritude, o *black power*. Algo que não foi muito diferente no Brasil.

O que se toca hoje é uma batida repetitiva, musicalmente medíocre, acompanhada de letras que são um capítulo à parte nesta história. O atual modismo foi concebido sob medida para a classe média e formou-se um mercado milionário em torno do "fenômeno".

Para se ter uma idéia de como a moda foi inflacionada, basta lembrar que nestes bailes os ingressos (que em qualquer lugar da periferia não passam de R$ 5) chegaram a R$ 40. Junte-se a isso a venda de CD´s e roupas, o espaço na TV e nas rádios e tem-se uma idéia do quanto estão lucrando com a "popularização do funk".

Rogério Albuquerque

Baile funk em casa noturna de São Paulo

Lixo cultural e machismo

Para os revolucionários, arte e cultura são campos onde devem prevalecer a total e absoluta liberdade. Contudo, isto está longe de significar que temos que dar aval a tudo que é produzido pela indústria cultural. Muito pelo contrário.

Neste sentido, também não somos adeptos de bobagens do tipo "tudo que vem das massas" tem o seu valor. Se fosse assim, não poderíamos criticar "as massas" quando elas reproduzem piadas racistas, atitudes homofóbicas ou práticas machistas.

Portanto, não há como deixar passar o asqueroso conteúdo machista do funk. Recheado de letras como *"Se te bota maluquinha, um tapinha eu vou te dar. Porque dói, um tapinha não dói"* (*Tapinha*, Mc Beth) o "fenômeno funk" faz uma indefensável apologia da "mulher objeto" — que se deixa tratar por "popuzada", "cachorra", "tchutchuca" —, submissa aos seus "tigrões" e indiferente à violência.

Depois que o funk tomou as ruas, começaram a surgir "denúncias" de que garotas estavam sendo assediadas nos bailes e que algumas, além de praticarem sexo com inúmeros desconhecidos, haviam engravidado ou contraído Aids.

O que esqueceram de dizer é quem está à frente de uma perniciosa "campanha" de erotização da infância é gente como Xuxa e suas clones, a "empresária-vereadora" Verônica Costa e a mídia em geral. Gente que nunca teve escrúpulo algum em fazer o que fosse necessário para lucrar. Hipócritas que vendem lixo cultural e defendem o sistema que os tornou milionários. (W.H.S.)

Aqui você encontra o PSTU

Sede Nacional: R. Loefgreen, 909 - Vila Clementino - São Paulo - SP - F. (11) 5084.2982 - pstu@pstu.org.br

Alagoinhas (BA): R. Alex Alencar, 16 - Terezópolis - alagoinhas@pstu.org.br

Aracaju (SE): R. Acre, 2309 - Siqueira Campos - aracaju@pstu.org.br

Bauru (SP): R. Treze de Maio, 7/40 - F.(14) 223.2219 - bauru@pstu.org.br

Belém (PA): R. Domingos Marreiras, 732 - Umarizal - F. (91) 225.3177 - belem@pstu.org.br

Belo Horizonte (MG):
- Floresta - R. Floresta, 82 - F. (31) 461.3663 - bh@pstu.org.br

Brasília (DF): CONIC - Setor Diversões Sul - Ed. Acropol - S. 402 - 2° andar - F. (61) 225.7373 - brasilia@pstu.org.br

Campinas (SP): R. Dr. Quirino, 651 - F. (19) 3235.2867- campinas@pstu.org.br

Curitiba (PR): curitiba@pstu.org.br

Diadema (SP): R. dos Rubis, 359 - diadema@pstu.org.br - F. (11) 4051-2800

Florianópolis (SC): Av. Hercílio Luz, 820 - F. (48) 223.8511 - floripa@pstu.org.br

Fortaleza (CE): Av. da Universidade, 2333 - F. (85) 221.3972 - fortaleza@pstu.org.br

Goiânia (GO): F. (62) 212-0326

João Pessoa (AL): Av. Duque de Caxias, 186 joaopessoa@pstu.org.br

Macapá (AP): Av. Antonio Coelho de Carvalho, 2002 - Santa Rita - F. (96) 9963-1157 - macapa@pstu.org.br

Maceió (AL): R. Inácio Calmon, 61 - Poço - F. (82) 971.3749

Manaus (AM): R. Emílio Moreira, 821- Altos Centro - F. (92) 234.7093 - manaus@pstu.org.br

Natal (RN): Av. Rio Branco, 815 - F. (84) 201.1558.

Niterói (RJ): R. Dr. Borman, 14/301 - Centro - F. (21) 717.2984 - niteroi@pstu.org.br

Nova Iguaçu (RJ): R. Cel. Carlos de Matos, 45

Ouro Preto (MG): R. São José, 121/ 304 - Ed. Andalécio

Passo Fundo (RS): R. Tiradentes, 25

Porto Alegre (RS): R. General Portinho, 243 - F. (51) 286.3607 - portoalegre@pstu.org.br

Recife (PE): R. Leão Coroado, 20 - 1° andar - Boa Vista - F. (81) 222.2549 - recife@pstu.org.br

Ribeirão Preto (SP): R. Monsenhor Siqueira, 711 - Campos Elíseos - F. (16) 637.7242 - ribeiraopreto@pstu.org.br

Rio Grande (RS): F. (53) 9977.0097

Rio de Janeiro (RJ): Tv. Dr. Araújo, 45 - Pç. da Bandeira - F. (21) 293.9689 - rio@pstu.org.br

Santa Maria (RS): F. (55) 9982.3270 - santamaria@pstu.org.br

Santo André (SP): R. Adolfo Bastos, 571 - Vila Bastos (11) 4427-4391 santoandre@pstu.org.br

São Bernardo do Campo (SP): R. Mal. Deodoro, 2261 - F. (11) 4335.1551- saobernardo@pstu.org.br

São José dos Campos (SP): R. Mário Galvão, 189 - F. (12) 341.2845 sjc@pstu.org.br

São Leopoldo (RS): R. São Caetano, 53

São Luís (MA): F. (98) 238.4068 / 9965-5409 - saoluis@pstu.org.br

São Paulo (SP): saopaulo@pstu.org.br
- Paraíso:
R. Nicolau de Souza Queiroz, 189 - F. (11) 572.5416
- Zona Sul:
R. Ten. Cel. Carlos Silva Araújo, 181 - S. 15 - Santo Amaro
- Zona Leste:
F. (11) 6944.3128

Terezina (PI): R. Firmino Pires, 718

Uberaba (MG): R. Tristão de Castro, 191 - F. (34) 312.5629 - uberaba@pstu.org.br

Nosso e-mail é:
pstu@pstu.org.br

Nossa página na internet é:
www.pstu.org.br